

**CONTRATO Nº. 007/2013**

**REF. TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013**

CONTRATO DE FORNECIMENTO A PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA DE MEDS., EQUIPS E MAT. HOSP. E ODONTOLÓGICO LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO ESPECIFICADA.

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de dois mil e treze, nesta cidade de São Lourenço do Piauí, Estado do Piauí, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.522.095/0001-90, com sede em SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI, estabelecido à Avenida 29 de Abril, s/n, SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. **Biraci Damasceno Ribeiro**, brasileiro, casado, inscrito no CPF Nº. 227.327.723-72, e RG Nº. 768.785 SSP/PI, de outro lado, a empresa **SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA DE MEDS., EQUIPS E MAT. HOSP. E ODONTOLÓGICO LTDA-EPP**, com sede e foro na cidade de São Raimundo Nonato – PI, estabelecido à Rua Avelino Freitas 498, inscrita no CNPJ sob o nº 03.894.963/0001-74 aqui representada pelo seu proprietário, **CALIXTO DA SILVEIRA DIAS** CPF nº. 341.263.683-53 e Carteira de Identidade nº. 946.101 SSP-PI, doravante chamada de CONTRATADA; tendo em vista a homologação, pelo Prefeito Municipal de São Lourenço do Piauí – PI, da TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013, conforme despacho do citado gestor exarado no Processo Administrativo, datado de 08 de março de 2013, e o que o mais consta em todo o processo administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição em conformidade com as normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, com as alterações nela introduzidas até a presente data, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL E/OU POR LOTE, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO.**

1.1 - São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo da TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013, seus anexos I, II, III e IV e respectivas normas e instruções, especificações, despachos e pareceres que o encorparam.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO.**

2.1 - A CONTRATADA se obriga a fornecer com absoluta diligência, fidelidade e em perfeito estado de consumo, de acordo com as planilhas de quantitativos fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ, MATERIAL ODONTOLÓGICO, APENSO, MEDICAMENTOS ÉTICOS E PARA FARMÁCIA

**BÁSICA para Secretaria Municipal de Saúde, tudo de conformidade com o Edital da TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013 e da proposta aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL PARA ENTREGA DAS MERCADORIAS.**

3.1 - As mercadorias objeto do presente Contrato, serão entregues pela licitante vencedora em local indicado pela Prefeitura de São Lourenço do Piauí, no Estado do Piauí, sem ônus para a Prefeitura Municipal, de acordo com o estabelecido no Edital de **TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013**.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA**

4.1 – O prazo para fornecimento do material objeto deste contrato, será de forma parcelada, mediante solicitação prévia da Prefeitura de São Lourenço do Piauí, após a assinatura da ordem de fornecimento em acordo com o **EDITAL da TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2013**, reservado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI** o direito de rejeitar as mercadorias que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer reclamação ou indenização.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO**

5.1 - O valor deste Contrato é de **227.038,61 (Duzentos e vinte e sete mil, trinta e oito reais e sessenta e um centavos)**, que representa o montante da proposta da **CONTRATADA**, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanharão o **EDITAL** e multiplicado pelos respectivos preços unitários, relativo aos **Lote I, III e IV**.

**Parágrafo Único** – Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre o material fornecido, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ**.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO E DO REPASSE**

6.1 - As despesas decorrente deste Contrato, estipulada na Cláusula Quinta, será assegurada pelos recursos do **FPM/FUS/FMS/AFB/PAB/ICMS e Recursos Próprios**.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

7.1 - O pagamento será efetuado de forma parcelada conforme solicitação, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal pertinente, e será feito através de transferência direta para conta da empresa contratada após verificação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ**, atestando o cumprimento das obrigações contratuais.



### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às penalidades, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis;
- 8.1.1 – advertência;
- 8.1.2 – multa diária de 0,3% (três décimos por cento), do valor inicial contratado, pelo não cumprimento do prazo do fornecimento;
- 8.1.3 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PREFEITURA**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 8.1.4 – declaração de inidoneidade;
- 8.1.5 – a advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado;
- 8.1.6 – pelo atraso no fornecimento, por culpa imputada à contratada, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:
- 8.1.7 – as multas serão cobradas em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso;
- 8.1.8 – os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista;
- 8.1.9 – a cobrança de multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, ou ainda diretamente da contratada;
- 8.1.10 – no caso de cobrança de multa diretamente da contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contas da correspondente notificação;
- 8.1.11 – a penalidade da suspensão temporária de licitar e contratar com a **PREFEITURA**, pelo prazo de 02 (dois) anos poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à **PREFEITURA**:
- a) reincidência em descumprimento de prazo contratual;
  - b) descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;
  - c) rescisão do contrato.
- 8.1.12 – a penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada:
- I – à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente a obrigação contratual desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;
  - II – à adjudicatária que se recusar, injustamente, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido.
- 8.1.13 – as penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda:
- I – à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais;
  - II – à contratada que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- 8.1.14 – as penalidades previstas de advertência, suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.
- 8.1.15 – as penalidades previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 serão aplicadas pela autoridade competente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da licitante ou contratada interessada.

### **CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

*Dej*

*22*

- 9.1 – a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;
- 9.2 – constituem motivos de rescisão do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:
- 9.2.1 – o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas no Convite, bem como as condições do Contrato;
- 9.2.2 – a transferência total ou parcial do contrato, sem prévio consentimento da PREFEITURA;
- 9.2.3 – o cometimento reiterado de faltas ou defeitos no fornecimento do material;
- 9.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil da contratada;
- 9.2.5 – a alteração societária, do objeto social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do serviço contratado;
- 9.2.6 – o atraso injustificado no fornecimento do material/mercadoria;
- 9.2.7 – a não entrega do material especificados no presente processo, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- 9.2.8 – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.2.9 – a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento;
- 9.2.10 – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a PREFEITURA e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 9.2.11 – a supressão, por parte da Administração, do fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- 9.2.12 – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.2.13 – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução dos serviços;
- 9.2.14 – outras causas relacionadas no Contrato, que indiquem conduta desabonadora da contratada;
- 9.2.15 – o conhecimento posterior de qualquer fato ou circunstância superveniente que desabone ou que afete a idoneidade ou capacidade técnica ou financeira da empresa participante, implicará necessariamente na rescisão contratual, se o contrato já tiver sido assinado.
- 9.2.16 – verificada a rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades da contratada relativas a execução dos serviços;
- 9.3.17 – os caso de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

*Qm* *te*

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.**

10.1 – correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**

10.1.1 – todos os impostos e taxas que forem devidas em decorrência da presente contratação;

10.1.2 – as contribuições devidas à Previdência Social, Encargos Trabalhista, Premio de Seguro e Acidentes de Trabalho, Taxas e Emolumentos, Imposto de Renda;

10.1.3 – a indenização por danos à **PRFEITURA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIS**

11.1 – as infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**


12.1 – é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o contrato do presente Convite, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA**.


12.2 – a **CONTRATADA** se obriga a respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 – Para dirimir as questões oriundas deste Contrato será competente a Seção Judiciária na qual o município de São Lourenço do Piauí esteja Jurisdicionado, ou seja, a Comarca de São Raimundo Nonato – PI.

São Lourenço do Piauí – PI 08 de março de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**Biraci Damasceno Ribeiro**  
**Prefeito Municipal**

  
\_\_\_\_\_  
**SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA DE MEDS, EQUIPS  
E MAT. HOSP. E ODONTOLÓGICO LTDA-EPP**  
**CNPJ 03.894.963/0001-74**

**Testemunha:**

1-   
\_\_\_\_\_  
Raimundo Nay de Assis CPF 221.591.181-68

2-   
\_\_\_\_\_  
Ricardo Ribeiro de Santana CPF 797.741.803-73